

Hidrovia gera discórdia entre prefeito e índios

“Os índios estão extrapolando seus direitos. Daqui a pouco, nós também vamos começar a soltar liminares proibindo que os índios entrem nas cidades e passem pelas BRs”, desabafou Luís Abdalla (PFL), prefeito de Água Boa, 715km de Cuiabá, cidade onde fica o porto que semeou a discórdia da hidrovia Araguaia-Tocantins-Rio das Mortes. Em entrevista ao DIÁRIO, o prefeito assegurou que, em nome do município, não iria abrir mão da hidrovia. O Instituto Socioambiental, que moveu a ação em favor das comunidades indígenas, culpa o prefeito pela situação. (Pág. B1)

Diário de Cuiabá
22/6/97 A12B1
Xavante 267

HIDROVIA/LIMINAR

Índios extrapolam seus direitos, critica o prefeito Luís Abdalla

O prefeito de Água Boa sugere, ironicamente, retaliações a xavantes, proibindo-os de entrarem nas cidades e usarem BR's

CAMILA BINI
Especial para o DIÁRIO

“Os índios estão extrapolando seus direitos. Daqui a pouco, nós também vamos pedir liminares proibindo que os índios entrem nas cidades e passem pelas BRs”, desabafou Luís Abdalla (PFL), prefeito de Água Boa, 715km de Cuiabá, cidade onde fica o porto que semeou a discórdia da hidrovia Araguaia-Tocantins-Rio das Mortes.

Ele se referia aos xavantes, que, por meio do Instituto Socioambiental (ISA), de Brasília, moveram ação condenatória de obrigação de não fazer contra União, Ibama e Docas do Pará, assim que souberam de obras de balizamento do rio das Mortes e da construção de um porto em Água Boa.

Na semana passada, o juiz federal Jefferson Schneider, em Cuiabá, concedeu liminar suspendendo quaisquer obras de implantação da hidrovia, proibiu a navegabilidade na hidrovia e fixou multa diária de R\$ 100 mil no caso de descumprimento.

Em entrevista por telefone ao DIÁRIO, o prefeito assegurou, sexta-feira à tarde, que, em nome do município, não iria abrir mão da hidrovia.

“Quem está extrapolando é o prefeito, que na verdade é o principal responsável pela revolta dos índios. Foi ele quem publicou na imprensa que iria inaugurar a hidrovia”, rebateu Juliana Santeli, advogada do ISA. Segundo Juliana, juridicamente os índios têm direito ao usufruto e posse permanente de rios e lagoas que estejam compreendidos em seus limites. “Desrespeitar isso é fugir da lei”, ponderou.

O jornalista e ambientalista Washington Novaes, que dirige o Instituto Dom Fernando (ong ambientalista, com sede em Goiânia), também reforçou a idéia de que a liminar apenas obriga o cumprimento da lei, que estabelece que a consulta à comunidade indígena diretamente envolvida deve ser feita antecipadamente.

PORTO - Em tempos de renascimento da produção de grãos,

Nitza Guirado



Índios da Aldeia São Marcos, que integra a comunidade indígena xavante, que move ação na justiça contra obras na hidrovia

Água Boa precisaria da hidrovia para forçar o barateamento do frete. De acordo com o prefeito, o porto que já está construído é na verdade um “posto de embarque”, erguido sem ferir qualquer condição ambiental da barranca do rio. “A liminar é um absurdo, porque nenhuma obra foi feita nas aldeias, já que o porto não está em terras indígenas”, afirmou Abdalla.

O porto do Rio das Mortes foi construído na propriedade privada de Antônio Bizarro da Nave Filho, a Rima Agropecuária, a 100km de Água Boa. Argumentando que o rio pertence à União e

não a uma comunidade de índios, Abdalla garantiu que as ongs não têm “conhecimento de causa”.

“Mesmo que seja obra particular, qualquer porto tem que obedecer à constituição do país”, esclareceu a advogada do ISA. Juliana Santeli esclareceu que tanto o Ibama quanto a AHITAR (empresa ligada às Docas do Pará responsável pela implantação da hidrovia) têm o dever de fiscalizar e, conforme o caso, embargar qualquer obra na área da hidrovia que fuja dos parâmetros legais ao que toca a conservação ambiental. Quanto à acusação de “des-

conhecimento de causa”, Juliana observa que o sucesso da ação se deve em grande parte à riqueza de informações da ação judicial, que conta inclusive com mapas da região.

AHITAR - Até às 12h de sexta-feira, a Companhia Docas do Pará não havia sido citada da decisão da Justiça Federal. Mesmo assim, a assessoria jurídica da companhia já está formulando um documento para esclarecer alguns pontos considerados inverídicos.

“Queremos provar que não houve obra nem invasão de aldeia e não desrespeitamos as condi-

ções ambientais. Nosso objetivo é comprovar isso ao juiz e chamar quem acusa ao ônus da prova”, observou o superintendente da AHITAR, Rogério Barzelay, sexta-feira à tarde, por telefone.

Reforçando a idéia de que a priori ninguém é contra ou a favor da hidrovia, tanto o ISA quanto o Instituto Dom Fernando argumentam que se a hidrovia é necessária, que seja construída mas dentro da lei. E para isso é preciso que se ouça o Congresso Nacional, as comunidades indígenas atingidas e que seja obtido o licenciamento ambiental.

Ministério dos Transportes prepara reação

Especial para o DIÁRIO

No Ministério dos Transportes, que deve pleitear, em nome da União, a cassação da liminar, não havia nada formalizado sobre o assunto até sexta-feira. À tarde, o ministro Eliseu Padilha se reuniu com o chefe do Departamento de Portos, que gerencia as hidrovias nacionais, José Lescout Ligori, para discutir como o Ministério vai enfrentar a questão.

Juliana Santeli, do Instituto Socioambiental, explicou que o Ministério dos Transportes somente não foi autuado por uma questão técnica: não tem personalidade jurídica. “Mas todos têm direito de recorrer da liminar. É uma disposição legal que existe para ser cumprida”, analisou.

FEMA - a Fundação Estadual de Meio Ambiente afirmou, em nota enviada ao DIÁRIO, que ao analisar o primeiro Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da hidrovia Araguaia-Tocantins-Rio das Mortes pediu que algumas alterações fossem feitas. As mudanças foram remetidas ao Ibama, que é o órgão que concede licenciamento para hidrovias.

O EIA foi rejeitado pelo Ibama e o estudo está sendo feito pela Universidade do Pará. Duas universidades goianas e a Fundação Dom Fernando estão fazendo um estudo paralelo sobre o projeto da hidrovia. (CB)

A HIDROVIA TOCANTINS ARAGUAIA



Ocupação de sede da Funai é tranquila

Da Reportagem

A Funai (Fundação Nacional do Índio) está acompanhando por meio de seu departamento ambiental o projeto de implantação da hidrovia Araguaia-Tocantins. A informação é de Antonio Carlos Lago, coordenador geral de comunicação da Funai, em Brasília.

OCUPAÇÃO - aparentemente, a vida continua normal na sede da Funai em Brasília, mesmo com a constante presença de um grupo de xavantes, liderados pelo cacique Aniceto, da Aldeia São Marcos, que querem a substituição de Júlio Gaiger, presidente da Funai. “Eles não estão incomodando a gente”, garantiu Lago.

O órgão parece não levar muito a sério os seguidos protestos ruidosos do velho cacique, que, segundo o próprio Lago, é uma liderança decadente entre a comunidade xavante. “Muitos (índios) discordam dos métodos de Aniceto, porque acham que ele está desgastando a imagem dos xavantes”.

A estadia de Aniceto e seu grupo em Brasília não está sendo custeada pela Funai. “Acredito que seja o Governo do Distrito Federal quem esteja bancando”, especulou Lago.

O coordenador disse que o recém-empossado ministro da Justiça, Iris Rezende, já decidiu que não haverá mudanças na Funai. (FM)